

O TESOURO DA RUA PRIMEIRO DE MARÇO

No dia 24 de abril de 1875 eram iniciadas as obras do prédio da terceira Praça do Comércio, na rua Primeiro de Março, esquina de Rosário. A cerimônia de lançamento da pedra fundamental contou com a presença de todo o ministério e do próprio Imperador D. Pedro II, grande estimulador das atividades comerciais no Brasil, sob cuja sábia administração manteve a balança comercial por anos totalmente favorável a nós.

Nas escavações que se fizeram para os alicerces encontrara-se em 10 de julho de 1875, a 85 centímetros de profundidade, um tesouro de há muito esquecido. Os operários acharam os seguintes objetos de prata: onze pratos grandes, sete salvas, uma grande terrina, duas cafeteiras grandes com asas, uma dita pequena com cabo, duas grandes colheres à imitação de concha para sopa, um enorme garfo, três cabos de facas, duas tampas de cafeteiras, uma grande panela, uma base de castiçal, ao todo trinta e duas peças pesando 9.472 oitavas e representando o valor calculado à época de 2.083\$840.

Algumas das peças, com especialidade as salvas, eram lavradas e de grande merecimento artístico; e se algumas achavam-se em estado de perfeita conservação, estavam outras muito oxidadas. O lugar em que se encontraram essas preciosidades estava cercado de tábuas, porém já completamente destruídas e reduzidas a pó pelo longo período de anos em que estiveram enterradas; havia no mesmo lugar pequenos pedaços de gregas que deveriam ter servido de ornamentação a objetos, que não se encontraram, e havia também muitos pedaços de ossos, diversos de ferro completamente estragados já sem feitio e muito oxidados; das facas não apareceram as lâminas, o que prova o largo espaço de tempo que ali jazeram esses objetos.

Descobertas essas peças de prata em terreno pertencente ao Estado foram entregues ao engenheiro fiscal do Governo e por este remetidas para o Tesouro Nacional.

É de presumir que esses objetos fossem ali enterrados em 1711 por ocasião da invasão dos franceses na Cidade do Rio de Janeiro, cujos habitantes tiveram de abandonar precipitadamente seus domicílios por haver fugido o Governador.

Segundo o historiador Monsenhor Pizarro:

“A maior parte dos moradores, dizem as crônicas, não tirou de sua casa um alfinete, em razão de que o Governador na ocasião do rebate lançou um bando (comunicado) que ninguém tirasse nada de sua casa, pena de ser tomado por perdido; no domingo 21 de setembro lançou outro comunicado, pelas seis horas da tarde, que ninguém se afastasse dez passos de seu posto, sob pena de morte, e pelas 10 horas da noite desse mesmo dia fugiu desconcertadamente com tal confusão que poucos ou nenhuns cuidaram de entrar em sua casa”.

O lugar em que foram encontrados esses objetos era então habitado pelos moradores mais abastados da Cidade; acresce que a precipitação da fuga e a hora em que foi realizada, havia de surpreender os moradores à mesa da ceia, e por isso entre as peças de prata acharam-se ossos diversos.

Em uma memória da invasão francesa escrita pelo Senado da Câmara em 28 de novembro de 1711 lê-se:

“E desta sorte se retiraram todos deixando quanto tinham, sem saberem de que, nem para onde, nem haver razão com que se desculpar tão lamentável sucesso”.

Na narração escrita por Duguay Trouin vê-se que alguns moradores mais abastados trataram de livrar das garras inimigas seus móveis mais preciosos, e assim é de crer que obrigado repentinamente a deixar a cidade, algum morador da Rua Direita ocultasse seus objetos de prata nas entranhas da terra.

O Jornal do Comércio e o historiador Moreira de Azevedo dedicaram outras minúcias ao achado, com detalhes interessantes. Ao que consta, nenhuma peça chegou aos nossos dias, o que é uma pena.

Quanto ao prédio, a obra continuou normalmente, mas ao ser inaugurado a 3 de novembro de 1877, ele não chegou a ser a Praça do Comércio; foi-lhe destinado a ser ocupado pela repartição do correio central, o que permanece até hoje.

Milton de Mendonça Teixeira.

